

# Economia global: neoliberalismo contaminado

[insurgencia.org/economia-global-neoliberalismo-contaminado](http://insurgencia.org/economia-global-neoliberalismo-contaminado)

**Insurgência**  
TENDÊNCIA INTERNA DO PSOL

Michel Husson

*Insurgência*, 2 de Abril de 2020



A novidade da situação atual reside na mecânica infernal que foi posta em marcha. Em 2008, foi a esfera financeira que acendeu o rastilho, passando-o para a esfera produtiva. Hoje, é o contrário: a atividade econômica estagnou em parte e este súbito freio está regressando, como um bumerangue, para ter impacto nas finanças. Esta implosão das finanças irá, por sua vez, agravar a recessão.

## O colapso da pirâmide financeira

Existe, no entanto, uma ligação com a crise anterior. Todas as políticas implementadas desde 2008 tiveram, de facto, como objetivo retomar a atividade normal e, em particular, preservar de todas as formas possíveis o valor dos títulos financeiros, como direitos de utilização sobre o valor criado. Se, pelo contrário, o financiamento tivesse sido “confinado” às únicas funções úteis que pode desempenhar, o mecanismo infernal poderia ter sido mais bem controlado.

Mais fundamentalmente, o esgotamento dos ganhos de produtividade condenou o capitalismo a um funcionamento patológico que consiste em captar um máximo de valor, compensando a secagem desta fonte essencial do seu dinamismo com o aumento das desigualdades. Por outras palavras, o coronavírus não contamina um organismo saudável, mas sim um organismo que já sofre de doenças crônicas. A epidemia serve assim de revelação: as formas como a crise anterior foi “superada” não conseguiram realmente remediar as debilidades estruturais da economia mundial.

Desde a crise de 2008, foi feito quase tudo para garantir que nada mudasse. As recompras de ações aumentaram, as distribuições de dividendos explodiram, a titularização (securitização) foi retomada, a dívida privada aumentou consideravelmente, etc. A crise levou também a um aumento do número de empresas que foram forçadas a vender as suas ações. O Banco de Pagamentos Internacionais (BPI), por exemplo, tinha emitido numerosas advertências. O explosão da bolha era, portanto, previsível, mesmo sem o coronavírus. Isto é demonstrado pelos avisos do último Relatório Global de Estabilidade Financeira do FMI (Outubro de 2019). Este relatório centrou-se nos riscos colocados pelas baixas taxas de juro, e dois dos seus principais autores, Tobias Adrian e Fabio Natalucci, resumiram as principais mensagens num blogue. Destacam o sobre-endividamento das empresas: “a dívida das empresas cujos lucros não podem cobrir os encargos com juros poderia aumentar para (...) quase 40% da dívida total das empresas nos países estudados, incluindo os EUA, a China e os países europeus”.

### **O massacre do aparelho produtivo**

As conclusões dos economistas do FMI podem ser complementadas por um estudo muito aprofundado dos Estados Unidos. Os autores consideram que as pequenas e médias empresas são as mais endividadas, pelo que devem ser as mais atingidas pela crise do coronavírus. Um tema amplamente debatido aqui é o crescente fosso entre as empresas “superestrelas”, que captam o valor criado, e as empresas “zumbis”, que sobrevivem graças às baixas taxas de juro. Mas os autores deste estudo salientam também que as empresas da “metade inferior” aumentaram a sua capacidade de produção nas últimas décadas, enquanto os 10% superiores ficaram para trás. Temem o “desastre iminente” que pode vir se se deixar afundarem as pequenas empresas, pois representam, apesar da sua fragilidade, uma das “principais fontes de criação de emprego e de inovação”.

O outro efeito das baixas taxas de juro que o FMI aponta é a assunção de riscos excessivos: “O ambiente de taxas de juro muito baixas levou os investidores institucionais, tais como companhias de seguros, fundos de pensões e gestores de ativos, a procurarem títulos mais arriscados e menos líquidos para cumprirem os seus objetivos de rendimento. Por exemplo, os fundos de pensões aumentaram a sua exposição a outras categorias de ativos, como as participações privadas e os bens imobiliários.

A política monetária acomodatória [N.T.: *com taxas de juros próximas de zero, para incentivar a atividade*] não repercutiu na economia real; pelo contrário, permitiu que as finanças retomassem a sua exuberante trajetória. Mas também conduziu a uma situação sem precedentes de taxas de juro baixas ou mesmo negativas e esgotou as munições dos bancos centrais. Mesmo antes da epidemia, o prognóstico dos peritos do FMI já era preocupante: “as semelhanças nas carteiras dos fundos de investimento poderiam amplificar uma liquidação dos ativos nos mercados; os investimentos ilíquidos dos

fundos de pensões poderiam limitar o seu papel tradicional de estabilizadores do mercado". Mas é exatamente isso que está a acontecer, e é provável que a explosão seja ainda mais brutal com o vírus.

### **A zona euro "dispersa como um quebra-cabeças"?**

O dogma dos 3% foi abandonado, pelo menos temporariamente, mas a Europa continua mal preparada. É uma excelente ideia para aliviar as restrições orçamentais, mas não resolve todos os problemas. Uma delas é o diferencial entre as taxas de juro da dívida pública. No início, Christine Lagarde cometeu um grande erro quando disse que "o BCE não está aqui para apertar o spread", depois retirou a "bazuca" que acalmava um pouco as preocupações dos mercados financeiros.

Mas chegará um momento em que será necessário considerar a possibilidade de passar a uma velocidade superior, nomeadamente a mutualização ("eurobonds" ou "coronabonds") ou mesmo a monetização. Esta é a conclusão a que Patrick Artus chega: "Embora todos os países da zona euro sejam afetados (pelo aumento das taxas de juro de longo prazo em resposta ao acentuado aumento dos défices públicos), o agrupamento de défices públicos adicionais reduz os encargos dos países periféricos (onde o aumento das taxas de juro é mais forte), mas não resolve o problema global dos défices públicos excessivos. A única solução é então a monetização destes défices públicos adicionais pelo BCE, o que constitui uma abertura significativa do Alívio Quantitativo da Dívida Pública". Existe, porém, um grande risco, tal como na crise anterior, de a Europa só reagir tarde ao acontecimento, ou no momento errado, devido aos seus desacordos internos e à propensão para gerir a crise a nível nacional.

### **Os países emergentes no olho da tempestade?**

É provável que o vírus se propague a países emergentes ou em desenvolvimento, que até agora têm estado relativamente incólumes. Não só estão mal equipados do ponto de vista da saúde, como já estão particularmente afetados pelas repercussões da crise. Em grande medida dependentes das vendas de matérias-primas que estão paradas, já estão a ver os seus recursos diminuírem. Este é particularmente o caso dos países produtores de petróleo. E também aqui encontramos o legado do fim da crise anterior. A dívida externa dos países emergentes representa, em média, "160% das exportações, contra 100% em 2008". No caso de condições financeiras consideravelmente mais restritivas e de custos de empréstimo mais elevados, teriam mais dificuldade em pagar o serviço da dívida", advertiu o FMI no seu relatório de Outubro de 2019, já citado.

Para além disso, a fuga de capitais assumiu proporções consideráveis: 83 mil milhões de dólares desde o início da crise. Esta súbita paragem terá graves consequências, sublinhadas por um grupo internacional de economistas. Os países emergentes e em desenvolvimento, escrevem eles, "enfrentam agora uma paragem súbita à medida que as condições de liquidez global se tornam mais restritivas e os investidores fogem do risco, levando a uma desvalorização cambial dramática". Isto exige um ajuste macroeconómico rigoroso precisamente numa altura em que todos os instrumentos

disponíveis deveriam ser usados para combater a crise: a política monetária está ficando mais restritiva numa tentativa de manter o acesso ao dólar, enquanto a política orçamentária é limitada pelo receio de perder o acesso aos mercados globais. É pouco provável que as reservas de divisas constituam um amortecedor suficiente em todos os países”.

As instituições internacionais estão planejando medidas de apoio, mas David Malpass, Presidente do Banco Mundial (que Trump apadrinhou), insiste na condicionalidade em termos que fazem lembrar as palavras da Troika da UE à Grécia: “Os países terão de implementar reformas estruturais que possam encurtar o tempo necessário para a recuperação e criar confiança na sua força. Para os países onde a regulamentação excessiva, os subsídios, as licenças, a proteção ou a judicialização do comércio constituem obstáculos, trabalharemos com eles para impulsionar os mercados e selecionar projetos que garantam um crescimento mais rápido durante o período de recuperação”.

Pelo contrário, *The Economist* tem razão em advertir: “Se o Covid-19 for autorizado a devastar os países emergentes, em breve voltará a se alastrar pelos países ricos. Mesmo na sua dimensão econômica, se a produção de matérias-primas e bens intermédios sofrer uma paragem súbita simétrica à dos fluxos de capital.

### **A coisas voltarão aos eixos?**

Será difícil para o sistema económico regressar ao seu funcionamento pré-crise. As cadeias de valor globais serão desorganizadas, as empresas terão ido à falência, a forma como as despesas públicas são geridas, especialmente no setor da saúde, será desqualificada. Isto pode ser visto como uma oportunidade para uma reorientação fundamental do sistema.

Mas não há nada de espontâneo nisso: com a suspensão de secções inteiras do código do trabalho, é evidente que alguns já estão se preparando para o próximo passo. Depois virá a conversa sobre a necessária “consolidação financeira”, cuja implementação correrá o risco de gerar uma resposta regressiva, como em 2010. Acima de tudo, o regresso à ortodoxia terá o efeito de adiar qualquer projeto de Green New Deal: como podemos imaginar que, depois de terem derramado milhares de milhões de euros, as instituições europeias vão querer libertar as somas consideráveis necessárias para combater as alterações climáticas?

Numa nota em que se interroga sobre “que tipo de capitalismo gostaríamos”, Patrick Artus traça um quadro bastante preciso do “capitalismo inaceitável” (que é o nosso): distorce a partilha de rendimentos em detrimento dos trabalhadores, não respeita os compromissos climáticos, não envolve os trabalhadores nas decisões estratégicas da empresa, aumenta o endividamento das empresas, deslocaliza maciçamente para países de baixos salários, obtém uma redução contínua da carga fiscal sobre as empresas, o que obriga a uma “redução da generosidade da proteção social”. Artus prevê então duas formas possíveis de avançar para um capitalismo “aceitável”: ou o estabelecimento de

um “capitalismo de estado hiper-regulado”, ou uma “evolução espontânea do capitalismo que aceite um menor retorno do capital para o acionista”. No entanto, só há uma coisa em que devemos estar convencidos: não devemos contar com uma evolução espontânea do capitalismo.

Publicado em 31/3/2020 em <http://alencontre.org/economie/economie-le-neo-liberalisme-contamine.html>